

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 28/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes** -----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 22 de outubro de 2012 realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

A Presidente, após ter efetuado a saudação, começou por colocar à discussão e votação a ata número 19 de 2012, aprovada por maioria, com uma abstenção do PS - Partido Socialista. A Presidente pôs seguidamente à discussão e votação a ata número 20 de 2012, aprovada por maioria, com duas abstenções do PS - Partido Socialista e uma do CDS - PP - Centro Democrático Social Partido Popular.-----

A Presidente indicou, de seguida, ter uma proposta de adaptação relativa a uma recomendação feita pelos Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, que diz respeito à articulação da Câmara Municipal com o Governo Regional para a recuperação dos postes de sinais do Monte Brasil. A Presidente informou que a Câmara já entrou em contato com várias entidades, dando conta que esta não é uma competência do Município, sugerindo que se remeta um ofício fazendo a referida solicitação, com a referência à proposta. Os Vereadores do PSD - Partido Social Democrata assentiram.----

A Presidente reportou-se posteriormente ao Dia do Idoso, assinalando que este não foi comemorado propositadamente, uma vez que teria lugar mesmo antes das eleições e por forma a não haver nenhum tipo de má interpretação ou conotação. A Presidente ressaltou que os centros de dia do Concelho continuam a aguardar a comemoração, questionando se os Vereadores concordam com a sua realização e convidando-os a estar presentes. A Presidente apontou que o objetivo é realizar a atividade como habitualmente, no Clube de Golfe, que disse ser o mais apreciado pelos idosos. A Presidente realçou, ainda, que esta atividade foi aprovada e que consta do Orçamento, acrescentando que queria apenas confirmar se já podia avançar com a marcação da data. Os Vereadores concordaram.-----

A Presidente indicou que participou nas Jornadas “Pensar a Tauromaquia em Portugal”, realizadas no Município de Sabugal, recordando que foi convidada para falar das tradições do Concelho neste âmbito, nomeadamente da tourada à corda, dando conta que o Presidente do concelho da Moita esteve no mesmo painel, falando das tradicionais largadas. A Presidente acrescentou que considera que o evento correu bem, apontando que, regra geral, as pessoas conhecem a tourada à corda, bem como a alegria e a forma de estar na Terceira, concluindo que se gerou algum entusiasmo em torno da tourada à corda e das Sanjoaninas e assinalou que algumas pessoas partilharam as suas experiências vividas neste âmbito no Concelho.-----

A Presidente passou aos destaques dando conta que, no dia 27 de outubro, o Coro Tibério Franco estará presente na Igreja Paroquial de Santa Bárbara e, no mesmo dia, terá lugar no grande auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, a atuação do grupo Orelha Negra, anotando que a mesma faz parte das atividades previstas no Plano de Atividades da Culturangra. Informou que, no dia 03 de novembro, o Coro de Câmara do Departamento Artístico da Tomás de Borba atuará na Igreja Paroquial do Porto Judeu. Indicou, de seguida, os destaques do cinema, dos quais salientou o filme de terror previsto para a noite do dia 31 de outubro, noite de *Halloween*, intitulado “Resident Evil”, dando ainda conta da agenda dos espetáculos de teatro a decorrer no Concelho. Por último, salientou que todas as atas que já foram aprovadas em reunião de Câmara se encontram disponíveis no portal da Autarquia, indo assim ao encontro de uma observação efetuada anteriormente pelo Vereador Fernando Dias.-----

O Vereador António Ventura interveio para se reportar ao título da notícia publicada no *Diário Insular* que indicava que o projeto da Teramb - Empresa Municipal Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira estava preso por Lisboa e isso estaria a obstaculizar o avanço do projeto, salientando que o Vereador José Élio Ventura nunca fez referência a isso, concluindo que, por isso, o título da notícia não corresponde à verdade. Recordou que foi a [Direção Regional de Estudos e Planeamento](#) quem solicitou mais elementos e que por aí se percebe que o título não corresponde às declarações do Vereador José Élio Ventura, nem coincide com a realidade.-----

A Presidente ressaltou que o Vereador José Élio Ventura lhe tinha dado conta que ia fazer um contacto no sentido de esclarecer quais tinham sido as suas declarações.-----

A Vereadora Teresa Valadão destacou o facto das passadeiras junto à Praça Almeida Garrett já estarem pintadas, o que apontou que facilita muito a circulação de alunos e dos restantes peões nessa zona. A Vereadora Teresa Valadão reportou-se a uma das atas aprovadas, a número 19, e à questão pendente do livro do Dr. José Avelino Santos, desde a altura da antiga Presidente da Câmara, Andreia Cardoso, questionando sobre o ponto de situação, recordando que o livro aborda questões relacionadas com a Implantação da República e a sua contextualização no Município de Angra do Heroísmo, destacando que o Dr. Vítor Brasil tinha ficado de verificar as questões financeiras para a publicação ou não do referido livro. A Vereadora considerou que este é uma mais-valia e que seria a última atividade no âmbito da comemoração do Centenário da Implantação da República, apesar do fim do feriado do 05 de outubro. O Vereador António Ventura afirmou que o 05 de outubro vai ser sempre comemorado. A Vereadora Teresa Valadão acrescentou que o encargo com a publicação do livro em princípio não seria muito elevado, salvaguardando que não gosta de apresentar propostas gravosas e onerosas do ponto de vista financeiro, em época de contenção de despesas. Realçou, ainda, que já encontrou por diversas vezes o Dr. José Avelino, dando conta que lhe pediu imensas desculpas, reportando que lhe disse que iria recolher informações sobre o assunto.-----

A Presidente reconheceu não ter reunido informação, indicando que o faria para a apresentar na próxima reunião.-----

A Vereadora Teresa Valadão conclui que se pretende saber se a publicação é viável ou não do ponto de vista orçamental, para que se possa dar uma resposta do Dr. José Avelino.-----

A Vereadora Teresa Valadão reportou-se novamente à ata número 19, salientando que já passaram dois meses e meio e as questões da Igualdade estão todas desiguais, porque por parte da Câmara nunca houve andamento às sugestões apresentadas. Alertou para esta situação, dando conta da sua inteira disponibilidade se necessitarem da sua colaboração. A Presidente agradeceu.-----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra para elogiar o desmantelamento da esplanada junto aos Bombeiros de Angra, considerando que ações deste tipo são

moralizadoras para toda a população. Indagou se a parte da estrada por asfaltar vai ser reparada. A Presidente respondeu afirmativamente.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu se já há algum *feedback* sobre a experiência das viaturas poderem virar à esquerda na Rua de São João. A Presidente respondeu que o *feedback* que recebeu dá conta de uma grande satisfação e da vontade que a situação se mantenha, uma vez que não tem causado transtornos ao trânsito, antes pelo contrário, tem aliviado o trânsito no Alto das Covas. A Vereadora Teresa Valadão anotou que não queria dizer nada a respeito desse assunto, por ser moradora da referida rua, mas deu conta que todas as pessoas dizem que a mudança é positiva.-----

A Presidente indicou, de seguida, que supõe que os Vereadores se tenham apercebido das intervenções da própria relativamente ao orçamento participativo, sublinhando que tem referido em todas que tal era uma vontade de todo o elenco camarário e que tinha sido discutido em reunião de Câmara. A Presidente destacou que este é o primeiro passo, principalmente na altura em que a lei está a mudar continuamente, depois de ter recebido a proposta de Orçamento de Estado para 2013, que implica uma nova reorganização, concluindo que o tempo é muito curto para se fazer tudo, mas que apesar disso existe vontade de cumprir. Apontou que foi feito um inquérito para que as pessoas pudessem declarar quais as áreas que consideravam prioritárias, bem como, o que está mal feito, ou ainda, o que deve ser mudado. Acrescentou que o inquérito prevê ainda a proposta de um projeto para o Município e pretende saber qual a opinião da população relativamente às grandes obras previstas. A Presidente indicou que a data limite para resposta ao inquérito era ontem, dando conta que no início da semana já havia cinco ou seis participações, apontando ainda não conhecer o resultado final.-----

O Vereador Fernando Dias manifestou ter visto o inquérito, acrescentando receber emails de uma organização que trata sobre orçamentos participativos a nível nacional. Concordou que se trata de uma primeira fase, mas assinalou que normalmente o que se faz é uma coisa mais dirigida, ou seja, não se deixa só à consideração dos munícipes que tenham a iniciativa de apresentar propostas. Explicou que tal é feito normalmente em sessões para esse efeito, anotando que depois há regras para fazer o orçamento participativo. Concluiu que era importante que passassem depois para uma fase mais organizada, em que a Câmara promovesse sessões, considerando que era importante

que houvesse alguém que acompanhasse este processo, porque a partir de certa altura a questão do orçamento participativo se torna complicada.-----

A Presidente ressaltou que foi feita uma consulta aos municípios que têm orçamentos participativos há mais tempo, por forma a conhecer os procedimentos. Concordou que nestes, com historial mais antigo de orçamentos participativos, são realizadas sessões públicas e também se reserva uma verba específica para propostas da população, que são discutidas publicamente, o que considerou ser um processo bastante interessante. Salvaguardou que este é o primeiro passo e que há um longo percurso a percorrer. Manifestou que este passo é importante para perceber qual a opinião das pessoas sobre as áreas prioritárias ou carenciadas, uma vez que muitas vezes não conseguem ter essa percepção.-----

O Vereador António Ventura afirmou que é com grande satisfação que vêem que se está a dar os primeiros passos. Apontou que os Vereadores do PSD - Partido Social Democrata têm defendido na Câmara um orçamento participativo desde o início, realçando que na altura da sua candidatura foi o primeiro projeto que apresentaram. Considerou que o orçamento participativo torna tudo menos fechado, mais discutido e mais público, anotando que vem de encontro à doutrina da democracia participativa, com a qual disse concordar, em que tudo não se resume ao dia do ato eleitoral e onde as pessoas podem participar de uma forma mais ativa. Destacou, ainda, que na Suíça este sistema é muito utilizado, realçando que os municípios portugueses que aderiram estão a dar um grande passo, pese embora considere que esta é ainda uma forma tímida, mas que é de louvar. Acrescentou que no atual cenário de dificuldades é preciso fazer perceber às pessoas que os políticos e as pessoas que tomam decisões não são extraterrestres e que as políticas podem também ser definidas com os cidadãos. Reafirmou a sua satisfação com a implementação desta prática, que anotou que vai evoluir para formas de participação mais profundas, altura em que os cidadãos vão perceber que podem influenciar as políticas, o que considerou fundamental.-----

A Presidente disse, em relação ao início da intervenção do Vereador António Ventura, recordar-se da primeira reunião e da primeira intervenção do Vereador Fernando Dias que se referiu a esta questão do orçamento participativo, altura em que a própria manifestou que concordava em absoluto e que era sua intenção pôr esta iniciativa em

prática, nestes moldes. A Presidente lembrou ainda que o Vereador Artur Lima partilhava da mesma opinião.-----

O Vereador António Ventura assinalou que o anterior executivo também concordava com o orçamento participativo, só que nunca o implementou. A Presidente retorquiu que poderá não ter surgido oportunidade para que tal acontecesse. O Vereador António Ventura apontou que a oportunidade surge quando se quer. O Vereador Fernando Dias concluiu que não há ninguém que não concorde com a iniciativa.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta de ter uma questão a colocar sobre os parquímetros. Indicou que já percebeu que estes estão a ser substituídos, indagando sobre o ponto de situação. A Presidente informou que atualmente, no centro da cidade existe só uma máquina, na Rua Direita, que é diferente de todas as outras. Explicou que essa é a máquina que vai ser implementada em todo o centro urbano, pintada de cinzento, conforme consta do caderno de encargos. Acrescentou que a partir do mês de novembro as máquinas serão substituídas uma a uma, anotando que se aguarda os equipamentos novos.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou quando é que entram em funcionamento os novos parquímetros. A Presidente respondeu que amanhã, 23 de outubro, entra em funcionamento o estacionamento tarifado, reafirmando que no mês de novembro as máquinas do centro urbano, à exceção da referida, na Rua Direita, serão substituídas por máquinas novas.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu se são máquinas novas. Apontou que as atuais parecem ser as antigas pintadas de cinzento. A Presidente assentiu, dando conta que a pintura foi imposição da Câmara. O Vereador Fernando Dias indagou se as máquinas antigas serão substituídas. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador António Gomes anotou que serão só na zona urbana. A Presidente confirmou que serão substituídas apenas as do centro da cidade e que as da periferia vão-se manter, por terem uma utilização mais reduzida.-----

O Vereador Fernando Dias perguntou se é possível utilizar os cartões nas máquinas antigas. A Presidente retorquiu que teoricamente sim. A Presidente informou ainda que estão a ser preparadas as atualizações das taxas, dos selos e do regulamento dos

parquímetros, para que os pagamentos possam ser feitos através do telemóvel e à distância. A Presidente acrescentou que esta questão já deverá vir à próxima reunião de Câmara, para ir depois à Assembleia Municipal. A Presidente deu o exemplo dos selos anuais para todas as zonas, que disse que não serão mais necessários nos carros, uma vez que com o PDA - Personal Digital Assistant o fiscal insere a matrícula e obtém a informação.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se seguidamente ao diploma sobre as empresas municipais, anotando que lhe parece que diz que os conselhos de administração dos serviços municipalizados têm de ser integrados por Vereadores. A Presidente ressaltou que têm de ser compostos exclusivamente por elementos do município e que tal alteração tem de ser feita no prazo de seis meses, após a publicação da legislação, ou seja, no final de fevereiro, princípio de março de 2013. A Presidente acrescentou, ainda, que o Vereador José Élio Ventura trará, com certeza, a proposta para revisão. A Presidente apontou, ainda, não ter a certeza se o prazo é até fevereiro ou se em fevereiro a decisão pode ser tomada, com eficácia seis meses depois. A Presidente indicou que no caso das empresas municipais havia seis meses para tomar a decisão e mais seis meses para extinguir a empresa, concluindo não saber se no caso dos Serviços Municipalizados a situação é semelhante. O Vereador Fernando Dias disse julgar ser igual, bem como o Vereador António Gomes. A Presidente concluiu que, nesse sentido, o período poderá ir quase até ao fim do atual mandato.-----

A Presidente colocou à discussão e votação a inserção dos pontos fora da agenda, aprovada por unanimidade pelos Vereadores.-----

Período da Ordem do Dia

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 5568 – Pedido efetuado por **Freguesia da Terra Chã**, com vista à suspensão de trânsito no Largo da igreja e Canada de Belém, freguesia da Terra Chã, nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2012, das 21:00 à 1:00 horas, destinada à realização da festa da castanha, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Licença de Recinto Improvisado

Ent. 5607 - Pedido de licença de recinto improvisado, efetuado por **João Paulo Dutra Leal**, destinada à realização de bailes, nos dias 9 e 10 de novembro de 2012, das 23:00 às 6:00 horas da manhã, numa tenda instalada no lote 46 da zona industrial, freguesia de São Bento, para apreciação do órgão executivo, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, até às 4H00.**-----

A Presidente destacou que não têm sido concedidas licenças até às seis da manhã, mas sim até às quatro da manhã. O Vereador Fernando Dias ressaltou ainda que o pedido não é para uma zona dentro de um aglomerado populacional. A Presidente deu conta que ia referir isso mesmo, acrescentando que se trata da zona industrial e considerando que não vê problema entre as quatro e as seis da manhã, uma vez que se trata de uma situação excecional e onde não há vizinhos.-----

O Vereador Alonso Miguel salvaguardou a questão da concorrência desleal e possíveis queixas dos estabelecimentos abertos a esta hora, sublinhando que isto não quer dizer que esteja contra a aprovação.-----

A Presidente retorquiu que os dias 09 e 10 de novembro são uma sexta-feira e um sábado, concordando que realmente a única discoteca já se queixou mais do que uma vez por causa da atribuição destas licenças, com prolongamento de horário, que implicariam que a própria discoteca prolongasse o seu, por forma a manter o seu público-alvo. A Presidente sugeriu que autorizem a licença entre as vinte e três e as quatro da manhã, o que concluiu somar cinco horas de festa. O Vereador Fernando Dias apontou ainda que a festa poderá começar mais cedo. A Presidente concordou que é uma possibilidade. Os Vereadores concordaram com o horário proposto, tendo em conta a questão levantada pelo Vereador Alonso Miguel.-----

Ent. 5570 - Pedido de licença de recinto improvisado, efetuado por **José Henrique Machado Melo**, destinada à realização de bailes, todos os sábados dos meses de outubro a dezembro de 2012, das 23:00 às 3:00 horas da manhã, na sede dos Barreiros, sita no Caminho da Esperança, freguesia do Porto Judeu, para apreciação do órgão executivo, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar apenas um fim de semana por mês.**-----

A Presidente alertou que este recinto improvisado deixa de ter essa classificação quando se realizam festas todos os sábados, entre os meses de outubro e dezembro. Embora as mesmas sejam para angariação de fundos para as festas, a Presidente chamou a atenção para o surgimento de algumas reclamações, por parte de pessoas que têm estabelecimentos e que pagam licenças e funcionários para estarem abertos. Apontou que, se até então dava para satisfazer todos, agora há uma maior limitação. Concluiu que as pessoas que têm a sua atividade regulamentada se estão a queixar contra este tipo de situação, que põe em causa a subsistência dos primeiros. A Presidente manifestou que as festas são parte da cultura e da essência de todos, concordando que é importante angariar dinheiro para a realização das mesmas, mas afirmou que tal não pode significar a falência dos comerciantes instituídos.-----

O Vereador António Ventura destacou que acaba por ser uma situação de economia paralela. A Presidente concordou. O Vereador António Ventura apontou, ainda, que vão todos aceitando essa situação. A Presidente reafirmou que o presente pedido tem por

objetivo a angariação de fundos para as festas, todos os sábados, durante três meses. A Presidente sugeriu que aprove um sábado por mês. O Vereador António Ventura referiu o levantamento que estaria a ser feito pelos serviços técnicos sobre esse assunto, bem como, o regulamento de que já haviam debatido por diversas vezes. A Presidente deu conta que estes ainda não estão prontos, reafirmando o volume de trabalho dos serviços técnicos presentemente.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu se a proposta da Presidente é autorizar a realização de um baile por mês. A Presidente confirmou que sugere a autorização de três bailes, entre outubro e dezembro, ao sábado, ressaltando que já houve queixas de ruído relativas à sede do Barreiros. O Vereador Fernando Dias considerou que é importante salvaguardar essa questão.-----

O Vereador Alonso Miguel disse ter ideia de a Câmara ter pedido um parecer sobre isto à Junta de Freguesia do Porto Judeu. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Fernando Dias acrescentou que a junta de freguesia se tem vindo a pronunciar positivamente, anotando que as juntas se encolhem perante estas situações. A Presidente concordou, acrescentando que as juntas de freguesia tem de estar sempre dos dois lados, em bom rigor.-----

Os Vereadores concordaram com a realização de um baile por mês.-----

Trasladação de Ossadas

Ent. 5516 – Pedido de transladação de ossadas, efetuado por **Rosa Maria Dutra Meneses**, para autorização pelo órgão executivo, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Clube de Ténis da Ilha Terceira – Pedido de autorização para execução de obras e isenção de pagamento de taxas

Pº 13/2012/84 - Requerimento datado de 12 de Julho do corrente ano, do **Clube de Ténis da Ilha Terceira**, com sede em Rua do Castelo ao Relvão, freguesia de São Pedro, relativamente à construção de um muro e pavimentação nos campos de ténis, no prédio pertencente ao domínio privado municipal e cedidos àquele clube, para autorização do órgão executivo nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Lei das Autarquias Locais). -----

Solicitam ainda a isenção do pagamento, no todo ou em parte, da taxa no valor de 265,00€ (duzentos e sessenta e cinco euros), devida pela eventual emissão do alvará de construção, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 2, artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas.-----

Encontra-se munido de pareceres do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, deixando à superior consideração a decisão camarária relativamente a ambos os pedidos formulados. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou o pedido de obras em causa, nos termos dos pareceres técnicos. Mais deliberou a Edilidade isentar as devidas taxas na sua totalidade.**-----

A Presidente explicou que o pedido é para colocar cimento numa zona para instalação de uma estrutura com um toldo, para abrigar da chuva e para bater bolas contra uma parede. A Presidente indicou que os custos serão assumidos pelo Clube de Ténis da Ilha Terceira.-----

O Vereador António Ventura questionou se a obra é definitiva. A Presidente respondeu que se trata de uma estrutura aberta, com pilares e cimentada, coberta com um toldo, que pode ser removida a qualquer altura. A Presidente ressaltou, ainda, que se trata de um investimento avultado do Clube de Ténis, que disse rondar cerca de seis mil euros.---

O Vereador Fernando Dias referiu-se ao ofício remetido pela administradora da Culturangra que chamava a atenção para o facto de a estrutura implicar, a longo prazo, custos de manutenção. O Vereador pediu mais informações sobre o assunto.-----

A Presidente esclareceu que se trata de um alerta do técnico, para situações como por exemplo um vendaval rasgar o toldo, cuja reparação implicará custos.-----

O Vereador Fernando Dias supôs que a estrutura será a construção de um muro e a pavimentação. O Vereador António Gomes acrescentou que são necessários pilares para assentar o toldo amovível. A Presidente deu conta de ter visto as imagens sobre o que se pretende construir que lhe foram enviadas. O Vereador Fernando Dias concluiu que queria apenas perceber o alerta.-----

A Presidente salvaguardou que se trata de chamar a atenção que estas iniciativas acarretam alguns custos. A Presidente indicou que o toldo, por ser amovível, nem vem no projeto, que inclui apenas o muro, que o Vereador António Gomes disse servir para bater bolas, que assinalou ser muito vulgar nos campos de ténis. A Presidente realçou, ainda, que o toldo permite a atividade em dias de chuva ou de maior índice de humidade. O Vereador António Gomes considerou que o alerta da Culturangra é apenas no sentido de chamar a atenção para o facto de o material em causa necessitar de manutenção no futuro. Apontou, ainda, que a estrutura permite criar um espaço coberto, com um investimento mais barato do que a construção de uma estrutura tipo pavilhão.---

O Vereador António Ventura indagou sobre a isenção das taxas. A Presidente deu conta de considerar que esta se justifica, uma vez que o clube decidiu avançar com o investimento numa estrutura que não é sua, mas da Câmara.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se está em causa a isenção total ou de cinquenta por cento das taxas. O Vereador Fernando Dias considerou que deveria ser total, bem como a Presidente, atendendo ao esforço que o clube está a fazer, ao montar esta estrutura num espaço que é da Câmara e cujo uso não será exclusivo do clube, mas de todas as pessoas.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedido de apoio

Ent. 954 - Pedido de apoio do **Império dos Inocentes da Guarita**, para fazer face às despesas inerentes às festas do Divino Espírito Santo. Propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 250. Para autorização do órgão executivo nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de €250,00.**-----

A Presidente enquadrou o pedido, dando conta que o Império tinha desistido de um pedido, que se julgou ser este, e que por tal motivo foi cancelado o pagamento a este Império do montante que foi atribuído aos outros impérios, quando não era isso que se pretendia, mas sim o cancelamento de um outro pedido. Resumiu que se trata de atribuir a este Império o que foi atribuído aos restantes.-----

Pedido de apoio - ratificação

Ent. 5407 – Carta da Equipa da Saúde Escolar da **Escola Básica Integrada Francisco Ferreira Drummond**, datada de 26 de setembro de 2012, solicitando a colaboração da Câmara Municipal para aquisição de alguns frutos tendo em vista a distribuição dos mesmos aos alunos, no âmbito das comemorações do “Dia Mundial da Alimentação – 16 de outubro”. Para ratificação do órgão executivo, nos termos do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade, de atribuição de um apoio em espécie para o efeito, no valor de €55,00.**-----

A Presidente anotou que este pedido foi remetido aos Vereadores por email, dando conta que o valor em causa é de cinquenta e cinco euros.-----

O Vereador Fernando Dias ressaltou que não é a primeira vez que um pedido destes chega à Câmara Municipal, indagando se não deveria ser a Secretaria Regional da Educação e Formação a disponibilizar este montante em vez da autarquia.-----

A Presidente ressaltou que esta não é uma atividade prevista no plano curricular, concluindo que se trata de um pedido de apoio dirigido à Câmara Municipal como outros que vão sendo feitos, como por exemplo para transporte, no âmbito de uma visita de estudo. A Presidente explicou ainda que se recordava deste assunto já ter sido discutido, daí que tenha enviado um email previamente sobre o mesmo.-----

Manutenção das taxas municipais para o ano de 2013

Ent. 1501 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal ao órgão executivo no sentido de não se proceder à atualização da totalidade das taxas municipais para o ano de 2013, mantendo-se os valores atualmente vigentes, de acordo com o art. 2.º, n.º 3 do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a presente proposta.**-----

A Presidente considerou que não existem condições para aumentar as taxas municipais, por isso se propõem que se mantenham, o que apontou que poderá ser uma forma de apoiar os munícipes a ultrapassar a situação atual.-----

Nova Escola do Ensino Básico da Ribeirinha – aplicação de eventual sanção contratual

Ent. 993 – Relatório, datado de 24 de setembro último, do Diretor da fiscalização da obra em epígrafe, conforme deliberação camarária, de 13 de agosto de 2012, tomada sobre o relatório do procedimento de aplicação de sanção contratual por incumprimento do prazo parcial da empreitada de conclusão dos trabalhos da nova escola de ensino básico da Ribeirinha. Para eventual aplicação da sanção contratual. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS - Partido Socialista e dos Vereadores do PSD - Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular, deliberou não aplicar multa em virtude de não ter resultado prejuízo para o Município.**-----

Empreitada de remodelação das calçadas de Angra do Heroísmo – auto de ocorrência

Ent. 5643 – Auto de Ocorrência da fiscalização da empreitada em epígrafe, reportando o incumprimento do plano de trabalhos no que concerne à intervenção na Ladeira de São Francisco. Para conhecimento e eventual deliberação nos termos do n.º 1 do artigo 404 do Código dos Contratos Públicos. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, solicitar novo plano de trabalhos no prazo de 10 dias.-**

A Presidente recordou que, tal como solicitado por escrito pela empresa, a Ladeira de São Francisco foi entregue para que se iniciassem os trabalhos, reportando que a mesma colocou lá uma máquina, mas que depois os trabalhos não começaram, daí que se tenha reaberto a via. Nesse sentido, esclareceu que o que vem presente a reunião é o auto de ocorrência pela fiscalização face a esta situação e com base no Código dos Contratos Públicos. Considerou que neste momento terão de tomar conhecimento do auto e solicitar novo plano de trabalhos no prazo de dez dias.-----

O Vereador António Ventura questionou se há vontade por parte do empreiteiro de realizar a obra.-----

A Presidente reportou que no primeiro contato que manteve com o empreiteiro notou algum cansaço e apatia, acrescentando que no mesmo dia o mesmo a voltou a contactá-la, dando conta que já tinha resolvido questões pendentes, manifestando a sua vontade em retomar os trabalhos o mais rapidamente possível. Reafirmou que será necessário solicitar novo plano de trabalhos no prazo de dez dias ao empreiteiro, para que possa vir a reunião de Câmara.-----

O Vereador António Ventura questionou se não seria melhor a Presidente voltar a estabelecer contato com o empreiteiro. A Presidente concordou.-----

Cedência dos edifícios escolares do Pesqueiro e dos Regatos – Freguesia de São Bartolomeu de Regatos

Ents. 4953, 4955, 5510 e 4968 – Ofício n.º 86, de 4 de julho de 2012, da Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Regatos solicitando a cedência dos edifícios escolares do Pesqueiro e dos Regatos aos movimentos culturais, religiosos/sociais, recreativos e desportivos da Freguesia, indicados naquela comunicação, bem como à Junta de Freguesia.-----

Acompanha este processo: Ofício n.º 97, da Junta de Freguesia de São Bartolomeu, dando conta da intenção daquela autarquia de criar um ATL - Centro de Atividades de Tempos livres na freguesia; Ofício n.º 27 da Casa do Povo de São Bartolomeu solicitando a cedência do edifício escolar do Pesqueiro, tendo em vista a instalação e funcionamento de uma creche e ATL - Centro de Atividades de Tempos Livres; Ofício n.º 121, dos órgãos deliberativo e executivo da freguesia de São Bartolomeu, comunicando que atualmente não há necessidade de instalação de uma creche no seu espaço geográfico; Minuta de contrato comodato a celebrar no âmbito das cedências.----

Para deliberação do órgão executivo municipal e aprovação da minuta do contrato, nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado, após reunião a realizar com todas as entidades envolvidas no assunto em causa.**-----

A Presidente deu conta que a proposta seria retirada para uma próxima avaliação após se reunir com as partes.-----

Proposta de cedência de divisões do antigo edifício escolar da Conceição

Ent. 1502 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal de 17 de outubro corrente, tendo em vista a atribuição, a título de apoio, de espaços do antigo edifício escolar da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição a diversas entidades. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de

janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com esta proposta e aprovou a respetiva minuta do contrato.**-----

A Presidente recordou que se tinha abordado anteriormente o assunto, que envolve a cedência de espaços em várias escolas, lembrando que tinha-se definido ouvir as Juntas de Freguesia para que se manifestassem quanto à divisão dos espaços e sobre o eventual interesse de outras associações. Em relação à Escola da Conceição, anotou que já discutiram o assunto e que a proposta é que o edifício da escola seja entregue da seguinte forma: a Junta de Freguesia da Conceição ficaria com cinco divisões e um átrio, a Academia do Bacalhau da Terceira ficaria uma divisão, a Associação Portuguesa de Deficientes com uma divisão, a ACAPT - Associação de Criadores e Amigos do Pónei da Terceira uma divisão, a AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores uma divisão, a Academia Musical da Ilha Terceira uma divisão, Associação Burra de Milho uma divisão, o Grupo de Folclore de Baile e Cantares da Ilha Terceira uma divisão, a Associação de [Kickboxing](#)/Muay-Thai dos Açores uma divisão, o [Núcleo Sportinguista da Ilha Terceira](#), uma divisão e o Terceira Basket Clube uma divisão também e propôs a aprovação das minutas de contrato que titulará as cedências propostas. A Presidente recordou novamente de já se ter discutido o facto de é que a Junta de Freguesia da Conceição passar a funcionar na antiga escola e de regulamentar inclusive a própria utilização, cuidando do espaço, tal como aconteceu com a Feteira e como vai acontecer provavelmente com São Bartolomeu. Ainda em relação ao caso da antiga Escola da Conceição, a Presidente assinalou que há duas entidades que não foram englobadas, nomeadamente a Casa de Pessoal do Hospital e a Associação Columbófila da Ilha Terceira. Deu conta que esta última solicitou duas salas, uma para a sede e outra para equipamentos e que a própria propôs que esta ficasse numa das escolas da Ribeirinha, uma vez que já havia muitos pedidos para a da Conceição, reportando que lhe pareceu que os elementos da associação ficaram satisfeitos com a alternativa.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu se o contrato é elaborado com a Junta de Freguesia. A Presidente respondeu negativamente, esclarecendo que o contrato é entre cada entidade com a Câmara, inclusive a junta de freguesia, acrescentando que o pagamento das despesas inerentes ao funcionamento será assumido pela junta e depois caberá a cada entidade pagar a sua parte. Ressalvou, ainda, que o processo é o mesmo da Feteira. O Vereador Fernando Dias apontou que no contrato não estão distinguidas as

divisões destinadas a cada entidade. A Presidente retorquiu que tal ocorre por opção da própria, porque embora tenham feito um mapa, com a divisão das entidades por salas, houve a opção de não o trazer a reunião de Câmara, por haver a possibilidade de, por exemplo, duas entidades decidirem trocar de sala entre si. A Presidente deu ainda conta que em cada contrato estará definido qual a sala afeta para não obrigar a vir sempre a reunião de Câmara, sempre que haja alguma alteração. O Vereador Fernando Dias reportou-se à cláusula 3º, que passou a ler, que indica que o representado no 2º Outorgante fica obrigado a guardar e a conservar as divisões cedidas, concluindo que no contrato nunca são referidas as divisões. A Presidente anotou que é a divisão ou as divisões, acrescentando que será anexo a cada minuta de contrato uma planta, com a indicação da divisão em causa. Destacou, ainda, que no caso de decidirem pela troca poderão fazê-lo sem grandes complicações.-----

Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo

Ent. 1401 - Despacho da Presidente da Câmara Municipal, de 10 do corrente mês, relativo à retificação do n.º 3 da cláusula 20.ª do Caderno de Encargos do ajuste direto para a elaboração do projeto de arquitetura do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos. Para ratificação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 68.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS - Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular e 3 abstenções dos Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, ratificou o ato administrativo praticado pela presidente da Edilidade.**-----

A Presidente deu conta de ter contactado os Vereadores antes de fazer a alteração, altura em que os questionou sobre a opinião destes, atendendo que o prazo que estava a terminar ou se concordariam com a ratificação. Indicou que, tanto o Vereador Artur Lima como o Vereador António Ventura concordaram que a Presidente avançasse com o processo, que viria posteriormente para ratificação. A Presidente explicou que o convite e caderno de encargos foram elaborados com base num processo comum, indicando que foi feito o que é normal fazer nas empreitadas de obra, ou seja, que haveria reuniões quinzenais e que os intervenientes teriam de estar presentes nas

mesmas custeando as despesas de deslocação. A Presidente concluiu que desta forma estariam a obrigar, desde a assinatura do contrato, a que o arquiteto Siza Vieira viesse a Angra do Heroísmo de quinze em quinze dias para uma reunião, quando ainda têm cerca de um ano de projeto pela frente, situação que considerou que não faz sentido e que anotou que foi levantada pelo próprio. A Presidente resumiu que a ratificação consiste em retirar essas alíneas do contrato e deixar apenas o que está previsto no regulamento e o que é habitual. Adiantou, ainda, que o arquiteto já informou que virá às reuniões necessárias e que tenciona visitar o Concelho algumas vezes para acompanhar o processo.-----

O Vereador Fernando Dias informou que os Vereadores do PSD - Partido Social Democrata se iam abster.-----

Ent. 1401 – Procedimento de aquisição de serviços para a elaboração do projeto de arquitetura do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo para efeitos de deliberação sobre a adjudicação, nos termos do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS - Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular e 3 abstenções dos Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, deliberou o seguinte:-----**

- a) a adjudicação da presente prestação de serviços à Álvaro Siza 2 - Arquitecto S.A, pelo valor de € 199 895,00 acrescido de IVA;-----**
- b) a dispensa de audiência de interessados;-----**
- c) a aprovação da minuta do contrato.-----**

A Presidente indicou que já terminou o prazo para a apresentação da proposta do Centro Interpretativo, apontando que foi apresentada tal como previsto, de acordo com as peças procedimentais, concluindo que é presente a reunião de Câmara a proposta para adjudicação, nos supracitados termos.-----

O Vereador Fernando Dias recordou que na altura do convite os Vereadores do PSD - Partido Social Democrata votaram contra e que, por isso, se iam abster.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedido de apoio

Ent. 5542 – Ofício n.º 117/2012, datado de 4 de outubro de 2012, da Delegação Regional dos Açores da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, solicitando um apoio consubstanciado num jantar para 25 pessoas que irão participar no Conselho Geral daquela Associação, que se realizará no dia 2 de novembro, em Angra do Heroísmo.-----

Para autorização do órgão executivo nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio, consubstanciado num jantar para 23 pessoas, no valor de €345,00 com IVA incluído.**-----

A Presidente apontou a deliberação que prevê os cinco euros por pessoa mais IVA para pedidos de apoio deste género, mas deu conta que a sua proposta, atendendo a que se trata do Conselho Geral da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, é que a Câmara preste o apoio na forma de um jantar para os envolvidos, no valor de trezentos e quarenta e cinco euros, já com IVA incluído. Indicou que o preço unitário, para os vinte e três participantes, é de doze euros, noventa e três zero nove euros, que se consubstancia em duzentos e noventa e sete euros e quarenta e um cêntimos, mais IVA, que vai totalizar os trezentos e quarenta e cinco euros. A Presidente manifestou que o seu entendimento era esse, atendendo a que se trata das juntas de freguesia, ressaltando o trabalho desenvolvido entre estas e as câmaras. A Presidente realçou ainda o esforço que foi feito para trazer esse congresso a Angra do Heroísmo.-----

O Vereador Fernando Dias fez uma nota sobre o carácter especial deste pedido, que disse ser diferente dos demais que recebem. O Vereador Fernando Dias ressaltou, ainda, o facto de serem vinte e três participantes, concluindo que por esses motivos apoiam a proposta da Câmara assumir o encargo. Salvaguardou que tal não significa

que nos próximos pedidos não mantenham os cinco euros mais IVA, previamente estipulados. A Presidente concordou.-----

Proposta do CDS-PP

Proposta do Vereador do CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular, datada de 19 de outubro de 2012, no sentido de ser suspenso o pagamento do subsídio à Associação Cultural Angrense no âmbito do empréstimo contratado junto da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo para pagamento de dívidas acumuladas das Sanjoaninas.-----

O Vereador em causa propõe também que seja pedido um parecer sobre o assunto ao departamento jurídico da Câmara Municipal, bem como ao M.S.A.F. Morais Sarmiento, Almeida Farinha e Associados, Sociedade de Advogados RL. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o proposto.**-----

O Vereador Alonso Miguel passou a ler a proposta.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o facto de a proposta solicitar dois pareceres, um ao departamento jurídico da autarquia e outro à sociedade de advogados. O Vereador Alonso Miguel confirmou. O Vereador Fernando Dias indagou se a suspensão do pagamento seria para ter efeito imediato, independentemente do parecer. A Presidente assentiu. O Vereador Alonso Miguel confirmou, ressaltando que defendem a suspensão até que haja a análise do parecer.-----

A Presidente acrescentou que o assunto já havia sido discutido, anotando que esta proposta do CDS - Centro Democrático Social - Partido Popular já tinha sido apresentada anteriormente, dando conta que, apesar da proposta não ter sido votada, o pagamento referente ao mês de setembro foi suspenso, destacando que ainda não foi realizado, porque foi solicitado o adiamento do prazo de resposta ao Tribunal de Contas, frisando que a Câmara terá que o fazer ainda esta semana. A Presidente reafirmou que os pagamentos foram suspensos até que haja alguma resposta sobre como é que a situação será regularizada, supondo que a suspensão ocorra até ao final do corrente ano. A Presidente realçou o compromisso por parte da Câmara Municipal com a

Associação Cultural Angrense, sublinhando que a autarquia está em atraso no compromisso, ainda que o assunto tenha sido abordado com a referida associação.-----

O Vereador Fernando Dias considerou fundamental que o parecer incluísse um conjunto de propostas sobre como se pode resolver a situação.-----

A Presidente manifestou que há é uma discordância em relação ao entendimento do Tribunal de Contas, que diz que é um empréstimo. A Presidente afirmou que não se trata de um empréstimo, reafirmando que a Câmara não fez empréstimo nenhum na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.-----

O Vereador Fernando Dias disse que não ia discutir o assunto nesse momento. Indicou que, no caso de concluírem que esta questão é um problema, o parecer deverá incluir propostas para a sua resolução. A Presidente acrescentou que será com base na pronúncia e no entendimento do Tribunal de Contas. O Vereador António Ventura destacou, ainda, que essa pronúncia poderá levar algum tempo. A Presidente deu conta que não foi essa a informação que obteve. O Vereador Fernando Dias perguntou até quando ficará suspenso o pagamento à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. A Presidente voltou a referir que há atraso de um pagamento, dando indicação que o próximo pagamento será em março. A Presidente salvaguardou que manifestou essa preocupação quando esteve no Tribunal de Contas, apontando que percebeu da intervenção do senhor Juiz Conselheiro que a situação não iria levar muito tempo, e que a pronúncia teria lugar antes do final do ano.-----

O Vereador Fernando Dias manifestou a sua preocupação sobre como é que a questão se vai resolver. A Presidente explicou que se o Tribunal de Contas entender, com base nos documentos que serão remetidos, que o empréstimo não é do Município, mas sim da Associação Cultural, normaliza-se a situação e retoma-se o pagamento.-----

O Vereador António Ventura realçou que se trata de uma situação ilegal para o Tribunal de Contas, dando conta que o objetivo deste era apurar eventuais responsabilidades. A Presidente indicou que não, considerando que o que o Tribunal de Contas refere é que a situação não está regular, porque é um empréstimo e, nesse sentido, deveria ter sido submetido à Assembleia Municipal e deveria contar para o endividamento da Câmara. O Vereador António Ventura reportou-se às conclusões do Tribunal de Contas que,

recordou, mencionam que a situação é ilegal e que se estaria a apurar as responsabilidades da decisão.-----

A Presidente deu conta que serão remetidos os documentos solicitados ao Tribunal de Contas, informação que considerou que pode alterar a posição que aquele assumiu nesse procedimento. A Presidente salientou ainda que o Tribunal de Contas tem determinadas dúvidas que, quando esclarecidas, podem levar a um entendimento diferente. A Presidente concluiu que agora terão de aguardar pela resposta do citado Tribunal para poderem decidir o que vão fazer. A Presidente frisou ainda que quando esteve presente no Tribunal de Contas lhe foi transmitida a importância desta fase, ou seja da Câmara Municipal remeter a resposta. O Vereador António Ventura concordou que, nesse sentido, não vale a pena alongar a discussão e a especulação.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....